ATA DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º
(SEGUNDO) PERÍODO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ITAGUAÍ – RJ

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Itaguaí, sito à Rua Amélia Louzada, nº 277 – Centro, reuniram-se os Senhores Vereadores para a 28ª Sessão Ordinária do 2º período do ano de 2015. Procedida a chamada nominal responderam presente os seguintes Vereadores: Nisan César dos Reis Santos – Presidente; Noel Pedrosa de Mello – Vice Presidente; Willian Cezar de Castro Padela – 2º Vice Presidente; Eliezer Lage Bento – 1º Secretário; Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro – 2º Secretário; Abeilard Goulart de Souza Filho; Genildo Ferreira Gandra; Jailson Barboza Coelho; Jorge Luís da Silva Rocha; José Domingos do Rozário; Luiz Fernando de Alcântara; Márcio Alfredo de Souza Pinto; Marco Aurélio de Souza Barreto; Mirian Pacheco da Silva; Roberto Lúcio Espolador Guimarães; Silas Cabral e Vicente Cicarino Rocha. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão e convidou o Ver. Willian a proceder a Leitura Bíblica. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou ao 2º Secretário que realizasse a leitura da Ata da Sessão anterior, cito Ata da 27ª Sessão Ordinária do 2º Período de 2015. Terminada a leitura da Ata, o Sr. Presidente a colocou em discussão e votação, sendo a mesma aprovada. Solicitou então ao 1º Secretário que realizasse a leitura dos expedientes: **Expedientes Expedidos: Ofício nº 120/2015** de 09/09/2015. Ao Exmº Sr. Prefeito Weslei Gonçalves Pereira. Encaminhando cópias das Leis nºs 3.341, 3.342, 3.343 e 3.344 aprovadas pelo Legislativo para Sanção. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 121/2015** de 09/09/2015. Ao Exmº Sr. Prefeito Weslei Gonçalves Pereira. Informando a aprovação da Indicação nº 80/2015. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente passou a **Ordem do Dia** solicitando ao 1º Secretário que realizasse a leitura dos documentos constantes de pauta: **Requerimento nº 115/2015**: Moção de Congratulações e Elogios a Srtª. Beatriz Brito da Costa Honorato Santos. (a) Nisan César - Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 116/2015**: Moção de Congratulações e Elogios ao Sr. Renato Santos Cruz. (a) Willian Cezar - Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 117/2015**: Moção de Congratulações e Elogios a Srª Carla dos Santos Favacho. (a) Willian Cezar - Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 118/2015**: Moção de

Congratulações e Elogios a Sr^a Leir Cruz do Amaral. (a) Marco Barreto - Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 119/2015:** Moção de Congratulações e Elogios a Sr^a Maria Elisabeth de Carvalho Souza. (a) Marco Barreto - Vereador. O Vereador Autor justificou seus requerimentos lembrando que a data marcava o dia Internacional do Combate ao Suicídio e afirmou que a orientação para os profissionais da saúde mental era que não apenas fizessem menção a mesma, mas trabalhassem a questão. Desta maneira, as pessoas agraciadas com as moções solicitadas o faziam em seu trabalho diário. **Despacho:** Aprovado. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 81/2015:** Solicitando a limpeza da rede de esgoto da Rua Genecildo de Aguiar, no Bairro Teixeira. (a) Genildo Gandra - Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 82/2015:** Solicitando a manutenção de duas das três passarelas sobre o Rio Teixeira. (a) Genildo Gandra - Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Assunto: Projeto de Emenda Modificativa de autoria de 14 Vereadores. Ementa: Altera o Artigo 59, II, “b” e inclui o inciso IV ao Art. 61, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí. Relator: Vereador José Domingos. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o Parecer. Sala das Sessões, 10/09/15. (aa) Silas Cabral, Márcio Pinto, José Domingos. **Despacho:** Aprovado. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em 1^a Discussão. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Assunto: Projeto de Emenda Modificativa e Supressiva de autoria de 15 Vereadores. Ementa: Altera a redação do Artigo 45 da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, suprime o inciso I e alíneas e dá nova redação aos incisos III e IV. Relator: Vereador José Domingos. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o Parecer. Sala das Sessões, 10/09/15. (aa) Silas Cabral, Márcio Pinto, José Domingos. **Despacho:** Aprovado. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em 1^a Discussão. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Assunto: Projeto de Resolução de autoria de 14 Vereadores. Ementa: Inclui o inciso V ao Art. 10, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaguaí. Relator: Vereador José Domingos. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o Parecer. Sala das Sessões, 10/09/15. (aa) Silas Cabral, Márcio Pinto, José Domingos. **Despacho:** Aprovado. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em 1^a Discussão. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente.

Primeira Discussão da Lei nº 3.349: Dá denominação oficial a logradouro público e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Itaguaí- RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O logradouro público denominado Rua vinte e Sete, localizado no Bairro do Engenho, CEP. 23810-000, passa a denominar-se oficialmente Rua Joana Pereira Ribeiro. Art. 2º A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo tomará as providências necessárias para a confecção e colocação das placas denominativas. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **Despacho:** Aprovado em 1ª Discussão. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em Discussão Final. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Primeira Discussão do Decreto Legislativo nº 08/2015:** Altera o artigo 1º do Decreto Legislativo 006/2012, de 02 de outubro de 2012, que dispõe sobre a fixação do subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Itaguaí, para vigorar na Legislatura 2013 a 2016. A Câmara Municipal de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, pelos seus representantes legais, Promulga o seguinte: Art. 1º O Artigo 1º do Decreto Legislativo 006/2012, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 1º O Artigo 1º do Decreto Legislativo 006/2012, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º Fica fixado o subsídio dos vereadores para a Legislatura 2013 a 2016 em R\$ 10.856,27 (dez mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos)”. Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2013. **Despacho:** Aprovado em 1ª Discussão. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em Discussão Final. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Lei nº 3.346, de 10/09/2015:** Dá denominação oficial a logradouros públicos localizados no Bairro Vila Geny e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Itaguaí- RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O logradouro público conhecido como Rua Djalma Reis passa a denominar-se oficialmente: Rua Djalma Reis. Art. 2º O logradouro público conhecido como Rua Geny Reis passa a denominar-se oficialmente: Rua Geny Reis. Art. 3º O logradouro público conhecido como Rua Evelina Reis passa a denominar-se oficialmente: Rua Evelina Reis. Art. 4º O logradouro público conhecido como Rua Amélia Reis passa a denominar-se oficialmente: Rua Amélia Reis. Art. 5º O logradouro público conhecido como Alameda Bela Vista passa a denominar-se oficialmente: Alameda Bela Vista. Art. 6º O logradouro público conhecido como Avenida Alencastro Guimarães passa a denominar-se oficialmente: Avenida Alencastro Guimarães. Art. 7º O logradouro público conhecido como Avenida Nelson de Aquino passa a denominar-se oficialmente: Avenida Nelson de Aquino. Art. 8º O logradouro público conhecido como Rua Bela Vista passa a denominar-

se oficialmente: Rua Bela Vista. Art. 9º O logradouro público conhecido como Rua São Benedito passa a denominar-se oficialmente: Rua São Benedito. Art. 10. O logradouro público conhecido como Rua Iguaçú passa a denominar-se oficialmente: Rua Iguaçú. Art. 11. O logradouro público conhecido como Avenida Presidente Roosevelt passa a denominar-se oficialmente: Avenida Presidente Roosevelt. Art. 12. O logradouro público conhecido como Avenida Olavo Bilac passa a denominar-se oficialmente: Avenida Olavo Bilac. Art. 13. O logradouro público conhecido como Rua Conselheiro Andrade Figueira passa a denominar-se oficialmente: Rua Conselheiro Andrade Figueira. Art. 14. O logradouro público conhecido como Rua Barão de Mauá passa a denominar-se oficialmente: Rua Barão de Mauá. Art. 15. O logradouro público conhecido como Avenida Alcebíades Rocha passa a denominar-se oficialmente: Avenida Alcebíades Rocha. Art. 16. O logradouro público conhecido como Rua Hildebrando Góis passa a denominar-se oficialmente: Rua Hildebrando Góis. Art. 17. O logradouro público conhecido como Avenida Governador Amaral Peixoto passa a denominar-se oficialmente: Avenida Governador Amaral Peixoto. Art. 18. Os logradouros públicos conhecidos como Praça Djalma Reis passam a denominar-se oficialmente: Praça Djalma Reis. Art. 19. A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo tomará as providências necessárias para a confecção e colocação das placas denominativas. Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Lei nº 3.347, de 10/09/2015:** Dispõe sobre a proibição de inauguração de obras públicas incompletas, e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Itaguaí- RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica proibida a realização de solenidade, cerimônia ou qualquer tipo de ato para inauguração de obras públicas incompletas ou que não possam entrar em funcionamento imediato. Art. 2º Entende-se para os efeitos de aplicação desta Lei, como: I- obra incompleta – aquela em que não tenham sido concluídas todas as etapas de construção e especificações técnicas previstas em seu projeto; II- obra que não pode entrar em funcionamento imediato – aquela que, apesar de ter todas as etapas de construção e especificações técnicas previstas em seu projeto concluídas, não pode entrar em funcionamento devido a algum tipo de fator legal impeditivo. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Lei nº 3.348, de 10/09/2015:** Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.253 de 18 de julho de 2014. O Prefeito Municipal de Itaguaí- RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art.1º Altera

a redação do Art. 2º da Lei nº 3.253/14 que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art 2º A autorização administrativa para uso do Teatro Municipal será concedida após processo seletivo de propostas para sua ocupação. A seleção dos Projetos será feita pela Subsecretaria de Cultura e Direção do Teatro”. Art. 2º Suprime todo o Art. 3º da Lei Nº 3.253/14. Art. 3º Altera a redação do Art. 4º da Lei Nº 3.253/14 que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 4º A assinatura do Termo de Autorização de Uso deverá ser realizada pelo autorizatário junto à Direção do Teatro, no prazo de até 30 dias da pauta solicitada”. Art. 4º Altera a redação do Art. 9º da Lei nº 3.253/14 que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 9º As filmagens dos espetáculos só poderão acontecer no espaço previamente determinado e com comunicação prévia”. Art. 5º Altera a redação do Art. 12 da Lei Nº 3.253/14 que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 12. Os camarins dos artistas estarão disponíveis 2 (duas) hora antes do início da sessão e até 30 (trinta) minutos após o término da sessão”. Art. 6º Fica revogado o§ 2º do Art. 18 da Lei 3.253/14. Art. 7º Altera a redação do Art. 26 da Lei nº 3.253/14 que passa a vigorar com a seguinte redação. “Art. 26. Toda e qualquer divulgação dos espetáculos realizados no Teatro é de responsabilidade do autorizatário. As mesmas deverão ser aprovadas pela comunicação e SubSecretaria”. Art. 8º Revoga os parágrafos 1º e 2º, inclui parágrafo único e dá nova redação ao Art. 30 da Lei 3.253/14, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 30. Poderão ser concedidas isenções e descontos no preço público referido no caput desde artigo para os seguintes espetáculos: I- com entrada franqueada ao público; II- realizado por entidades filantrópicas; III- realizados por grupos amadores; IV- realizados em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e/ou apoiados por esta. Parágrafo Único. O Teatro Municipal de Itaguaí fará a arrecadação de 15% da receita bruta diária, auferida na bilheteria quando do fechamento do borderô”. Art. 9º Altera a redação do Art. 32 da Lei nº 3.253/14 que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 32. A venda e distribuição de ingressos e convites para os espetáculos são de responsabilidade do Teatro. A confecção dos ingressos é de responsabilidade do autorizatário”. Art. 10. Altera a redação do Art. 46 da Lei nº 3.253/14 que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 46. O autorizatário fica obrigado a conceder desconto de 50% (cinquenta por cento) para idosos, deficientes físicos e estudantes portadores da carteira de estudante, nos termos da Lei e professores da rede pública (Município e Estado)”. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 10/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. Em seguida, o Vereador Jailson realizou **Requerimento Verbal**, solicitando que oficiasse ao Exmo. Sr. Prefeito pedindo celeridade nos processos de licitação sobre a limpeza urbana, devido ao acúmulo de lixo que ocorria nas ruas da cidade. Informou ainda que os caminhões de coleta estavam sendo lavados no

Bairro Califórnia, de maneira que deixavam os resíduos desta expostos trazendo riscos a saúde dos moradores daquela localidade, fato que deveria também ser analisado. O Ver. Eliezer indagou ao colega se este procedimento de lavagem incorreria em crime e obteve resposta positiva do autor que afirmou ser crime ambiental. O Líder de Governo, Ver. Willian afirmou que a Secretaria de Meio Ambiente não tinha conhecimento destes fatos e deveria ser informada pedindo que a mesma também fosse oficializada. O Ver. Marco Barreto afirmou que este fato já fora informado por ele e a Casa já havia aprovado indicação, que já havia sido enviada ao Executivo, a qual ainda não havia resposta. Nada mais havendo para constar, o Sr. Presidente encerrou a presente Sessão marcando a próxima para terça feira, 15 de setembro, em horário Regimental. Nós, Domingos e Milton, redigimos esta Ata.

Presidente

Vice Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário